



# **Prefeitura do Município de Assaí**

LEALDADE  
NOBREZA  
RIQUEZA  
PODER

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Rio de Janeiro, 720, 1º Andar – Fone (043) 3262-1313 – CEP 86.220-000  
E-mail: [assaí@assaí.pr.gov.br](mailto:assaí@assaí.pr.gov.br)  
GESTÃO 2017 - 2020

## **LEI Nº. 1673/2019**

**SÚMULA:** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2019.1, relativo aos débitos fiscais para com o Município de Assaí.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ,  
APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A  
SEGUINTE:

### **LEI:**

**Art. 1º.** Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2019.1 – REFIS – no âmbito do Município de Assaí, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais relativos a tributos municipais de pessoas físicas e/ou jurídicas, inscritos ou não em dívida ativa.

**Art. 2º.** O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 31/12/2018, inscritos ou não em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa (compreendendo o protesto) ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser negociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento.

**Art. 3º.** Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente, no bojo de execuções fiscais municipais ou não, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga ao valor devido, mediante pagamento a vista.

**Art. 4º.** Os créditos tributários regularizados através do REFIS poderão ser pagos no período compreendido entre a publicação desta lei e o mês de outubro do corrente ano, na forma anuída pelo contribuinte.

**Art. 5º.** O REFIS beneficiará o contribuinte através da dispensa parcial dos encargos: juros, multa e correções monetárias acrescidos aos débitos tributários, conforme a forma e condição de pagamento a seguir:

**I – Quitação à vista, em parcela única, a partir da publicação desta Lei até o dia 15 de agosto de 2019 (15/08/2019), o qual o contribuinte será beneficiado com desconto de 100% (cem por cento) dos encargos: juros, multa e correções.**

**II – Quitação à vista após 15/08/2019 até 15/10/2019 ocasião em que, os contribuintes gozarão de percentual de 80 % (oitenta por cento) dos encargos: multa, juros e correções.**



# **Prefeitura do Município de Assaí**

LEALDADE  
NOBREZA  
RIQUEZA  
PODER

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Rio de Janeiro, 720, 1º Andar – Fone (043) 3262-1313 – CEP 86.220-000  
E-mail: [assaí@assaí.pr.gov.br](mailto:assaí@assaí.pr.gov.br)  
GESTÃO 2017 - 2020

**III** - Quitação parcelada em até 3 (três) parcelas iguais sendo o prazo de adesão até a data de 15 de agosto de 2019 (15/08/2019), correspondente a uma entrada na data da anuência e 02 (duas) parcelas do saldo remanescente pactuados, ocasião em que, os contribuintes gozarão de percentual de **80 % (oitenta por cento) dos encargos: multa, juros e correções.**

<b>PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2019.1</b>	
I – PAGAMENTO A VISTA (100%)	<b>ATÉ 15/08/2019</b>
II – PAGAMENTO A VISTA (80%)	<b>16/08/2019 A 15/10/2019</b>
III – PAGAMENTO EM ATÉ 3 PARCELAS (80%)	<b>ADESÃO ATÉ 15/08/2019</b>

§1º. Os Contribuintes com débitos já parcelados administrativamente, e que não estejam, especificamente, em bojo de execuções fiscais municipais, também poderão realizar a quitação com o desconto de 100% (cem por cento) ou 80% dos encargos: juros, multa e correções.

§2º. As dispensas dos encargos no patamar acima alinhavado não abrangem as despesas de cartório nos casos de débitos fiscais protestados ou em execução judicial, cuja obrigação de pagamento será do Contribuinte em situação de inadimplência.”

**Art. 6º.** O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte em débito com o fisco municipal, seja pessoa física ou jurídica, que a partir da formalização da opção fará jus ao regime especial de consolidação descrito no artigo anterior.

**Art. 7º.** A opção pelo REFIS municipal implica ao contribuinte assumir as seguintes obrigações:

- I** – Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos fiscais abrangidos pelo programa;
- II** – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;
- III** – Cumprimento regular do débito consolidado;

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ,  
AOS 13 DE JUNHO DE 2019.

Acacio Secci  
Prefeito Municipal